

45 mil trabalhadores dos CTT mudam da PT para a Média



Passos cria "travão" para impedir que famílias sem filhos paguem

Página Inicial > Sociedade > Inglês no 1.º ciclo "obrigatório"... mas pouco

Inglês no 1.º ciclo "obrigatório"... mas pouco

Pais, professores e sindicatos aplaudem Inglês no 1.º ciclo mas têm mais dúvidas do que certezas.



CARLOS ABREU | 14:05 Quarta feira, 7 de maio de 2014



Inglês torna-se obrigatório a partir de 2015, mas só em algumas escolas do 1.º ciclo
/ Nuno Fox

Mais vale tarde do que nunca. É assim que pais, professores e sindicatos reagem à anunciada introdução do Inglês no currículo do 3.º e 4.º anos do Ensino Básico, feita terça-feira pelo ministro da Educação no Parlamento.

"Sempre defendemos que o ensino de Inglês deveria estar integrado no currículo do básico logo a partir do 1.º ciclo, mas acabou por ir parar às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e, na prática, quando os alunos chegavam ao 5.º ano começavam do zero", disse ao **Expresso** Jorge Ascensão, presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais.

A Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI) também considera que "o anúncio do Inglês em 2015/2016 com carácter obrigatório só peca por tardio, "mas defende que a sua introdução só deverá ser feita a partir do 3.º ano "por crianças mais maduras, que já tenham sido introduzidas à escrita e à língua materna. Treinar as competências todas ao mesmo tempo pode criar uma carga tremenda sobre a criança".

Para o presidente da APPI, o ministro da Educação terá de "explicar porque razão esta disciplina não estará disponível em todas as escolas logo no primeiro ano", tal como disse aos jornalistas no Parlamento depois de terminar a reunião da comissão de Educação. "Faltam professores qualificados? Não há recursos financeiros?" pergunta Alberto Gaspar.

"Muitos professores que nos últimos oito anos ensinaram Inglês a crianças do 1.º ciclo nas AEC fizeram um ótimo trabalho e não poderão ser esquecidos. Quando o ministro vem agora dizer que é preciso criar mestrados para qualificar professores deveria era ter dito que já existem", acrescenta Alberto Gaspar.

A Federação Nacional de Educação (FNE) também sublinha que a introdução da disciplina não parte do zero, mas que terão de ser formados mais professores. Já sobre a criação de um novo grupo de recrutamento, referido por Nuno Crato, a FNE diz que poderá não fazer sentido. "É uma matéria sobre a qual vale a pena estudar", disse ao **Expresso** João Dias da Silva.

Já para a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) só faz sentido criar um novo grupo de recrutamento se a disciplina for ministrada em todas as escolas. "Se faz parte do currículo obrigatório tem de abranger todas as escolas porque, caso contrário, continua a ser, tal como este ano, uma oferta de escola", afirma Mário Nogueira.

O líder da Fenprof lembra ainda que já existem alguns docentes formados, mas para responder a uma oferta generalizada será necessário formar mais docentes, o que não implica a formação de um curso de mestrado, podendo isso ser feito através da formação contínua. "Há professores de Inglês com horário zero ou no desemprego que já têm competências científicas para dar a disciplina, mas precisam de formação pedagógica", exemplifica Mário Nogueira.

Para o sindicalista, o anúncio ontem feito por Nuno Crato não é mais do que "uma vaga manifestação de intenções", fazendo parte de "um rol de outras promessas que vamos ouvir nas próximas três semanas", isto é, até às eleições para o Parlamento Europeu. "É fácil fazer promessas quando não se tem de concretizar", remata.

Em janeiro deste ano, o Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo do Governo, divulgou um parecer, aprovado pela APPI, FNE e Feprof, entre outros, onde se defende que "o Inglês seja incluído no currículo obrigatório do 1.º ciclo do Ensino Básico, a partir do 3.º ano de escolaridade", assegurado por "professores especialistas no domínio do 'ensino precoce da língua', envolvendo formação científica e pedagógica devidamente certificada".

No parecer, redigido pelo conselheiro José Bernardes, professor da Universidade de Coimbra, sugere-se ainda ao Ministério da Educação que "a inclusão da disciplina nos 3.º e 4.º anos assente numa intensidade não inferior a duas horas semanais, integradas nas 25 horas do currículo semanal".

Palavras-chave Life & Style